

Opinião

Um estranho vírus

Há um estranho vírus que se propaga pelo Largo do Rato. Chama-se vergonha. Este vírus aflige dirigentes socialistas e um dos sintomas é a grave amnésia seletiva que causa nos atingidos. Até estranhei a ausência de comunicado das entidades oficiais de saúde, que costumam fazer os necessários alertas para a saúde pública. Mas neste caso o universo é bem circunscrito.

Importa analisar a tentativa orquestrada de exibir 'vergonha' pelos casos judiciais em que estão envolvidos ex-governantes socialistas, do ex-ministro Manuel Pinho até ao ex-primeiro-ministro José Sócrates. A catadupa de declarações 'embaraçadas' com esta herança socialista do passado não é nada mais que uma simulação, quicá fruto de uma sugestão dos *focus groups* que António Costa tanto gosta de utilizar para conduzir a sua política.

É provável que o leitor mais sensível a este vírus socialista me lance a resposta automática de acordo com a qual não há exclusividade socialista no fenómeno da corrupção. Certo. Ninguém omite que escândalos de corrupção varreram vários partidos. Contudo, o que torna este caso mais grave é que pela primeira vez envolve o ex-líder de um partido e ex-primeiro-ministro. Um homem que detinha uma influência incomparável sobre a comunicação social e sobre o país, cujas políticas e decisões – à luz dos casos judiciais em mão – podem e devem ser questionadas. Aliás, convém não esquecer que foi precisamente o Governo socialista de Sócrates que conduziu o país à bancarrota e à necessidade de pedir um resgate internacional.

O mais recente deslante socialista levou inclusivamente ao atual primeiro-ministro António Costa a acusar o líder parlamentar do PSD de «deslealdade parlamentar» por ter «ousado» trazer esta temática ao debate quinzenal desta semana.

António Costa escudou-se assim na sua função governativa, como se nada tivesse a ver com o partido que também lidera.



RUBINA BERARDO
DEPUTADA DO PSD

Aliás, também como se nada tivesse a ver com o Governo de José Sócrates onde foi Ministro da Administração Interna. É esta a amnésia seletiva à qual me referia nos sintomas deste vírus. Com este género de afirmações, Costa só demonstra que lá no fundo e na prática, Sócrates e Companhia continuam a ser um assunto tabu no seu partido.

Demonstra também outro aspeto muito preocupante para a nossa democracia. Que o PS não está nem preparado nem interessado para – com seriedade e profundidade – fazer a urgente terapia interna para a eliminação do seu verdadeiro vírus, relativamente às graves consequências destas acusações de práticas de corrupção.

Vejamos o que aconteceu no panorama partidário em vários países europeus após os terramotos políticos causados pelos escândalos de corrupção. Inevitavelmente conduzem a um aumento de personagens políticas supostamente antissistema que são catapultados pelo eleitor a lugares cimeiros, precisamente pelas suas promessas de combater a corrupção na esfera pública. Um objetivo que por si só é louvável, mas que nestes contextos geralmente vem simbioticamente acompanhado por ondas de movimentos populistas.

E, pela inação e pela 'vergonha', o PS prefere não tocar no âmago da matéria, arriscando que se repitam cá os cenários já vividos noutros países europeus. Sr. primeiro-ministro: «Deslealdade» é ignorar este assunto de tamanha importância para o funcionamento da democracia. Porque o que se exige é uma total lealdade à democracia que é de todos.

A controvérsia sobre a ciência em Portugal

A controvérsia sobre a ciência em Portugal e Espanha é tão antiga quanto a própria Revolução Científica, e acredito que contém lições importantes para o desenvolvimento da ciência atual. Esta controvérsia pode exemplificar-se no debate que teve lugar em Espanha entre 1700 e 1900 em torno da seguinte questão: 'Por que é que a ciência não criou raízes em Espanha, ao contrário do que aconteceu no mesmo período em quase todos os países da Europa Central e norte da Europa?'.

Foram precisos 200 anos – e a erudição e lucidez de Santiago Ramón y Cajal, o pai da neurociência moderna e do sistema científico espanhol, Prémio Nobel de Medicina (1906) – para clarificar as coisas e colocar um pouco de ordem no debate. No foi a Inquisição (que não queimou um só cientista espanhol ou português), nem o nosso clima quente e amável, nem a nossa aparente preguiça inata. Ramón y Cajal entendeu imediatamente que o primeiro fator determinante na ausência de ciência em Espanha era o muito limitado contacto dos estudantes universitários espanhóis com a ciência em si e com o que ela poderia alcançar. Assim, projetou e promoveu um sistema de bolsas de estudos através do qual os estudantes poderiam deslocar-se a laboratórios estrangeiros, e aprender o que ali era feito em primeira mão.



FEDERICO HERRERA
INVESTIGADOR NO INSTITUTO DE
TECNOLOGIA QUÍMICA E
BIOLÓGICA (ITQB)

Ramón y Cajal era um verdadeiro visionário, e a ciência espanhola deve-lhe muito até hoje. De igual forma, o mesmo pode ser dito de Mariano Gago, ministro da Ciência português entre 1995-2002 e 2005-2011. As suas estratégias eram claramente semelhantes. Com base nas ideias de Ramón y Cajal e Mariano Gago, usufruindo de alguma liberdade de interpretação, quero resumir a implementação de um sistema nacional científico desenvolvido em 6 etapas:

1. Formar uma massa crítica de potenciais investigadores (p. ex., promover o ensino universitário);
2. Expô-los à ciência que é realizada em países mais desenvolvidos (p. ex., sistemas de bolsas de estudos e intercâmbio);
3. Criar um sistema científico nacional estável para reintegrar os investigadores em mobilidade (p. ex., criação e melhoria de novos centros de pesquisa e universidades);
4. Atingir uma massa crítica de



Ramón y Cajal, 'pai' do sistema científico espanhol

investigadores de elevado nível (p. ex., oferecer condições de empregabilidade e ambientes de trabalho favoráveis);

5. Promover o desenvolvimento de uma economia baseada em novas tecnologias (p. ex., programas de ajuda financeira para a criação de empresas baseadas em novas tecnologias);

6. Assegurar a renovação de profissionais de investigação e desenvolvimento (I&D) por gerações futuras mais preparadas.

Mas o sucesso deste plano precisa da aplicação disciplinada e estrita dos 3 princípios fundamentais que sustentam qualquer sistema científico digno desse nome:

1. Investimento significativo e crescente (para atingir uma maior massa crítica, mais parecida);

2. Regularidade/previsibilidade (para permitir o planeamento antecipado da investigação e das etapas profissionais);

3. Estabilidade (manutenção das condições prévias de aumento de investimento e regularidade ao longo do tempo).

O investimento de Portugal em atividades I&D nunca superou um 1.5% do produto interno bruto (PIB). Portugal não tem regularidade nos seus concursos de financiamento: só houve dois nos últimos 5 anos, com uma muito baixa taxa de sucesso (cerca de 10%), e com os regulamentos mudando arbitrariamente e permanentemente. E, finalmente, Portugal não oferece estabilidade no emprego científico, como demonstra a posição do ministro Manuel Heitor com respeito à regularização PREVPAP da ampla maioria dos professores do ensino superior e investigadores.

O atraso da ciência em Portugal não é culpa dos investigadores, da nossa religiosidade, da preguiça ou do calor. Temos excelência a mais, espalhada pelo mundo e a trabalhar nas nossas instituições. O que precisamos é de maior investimento, regularidade e estabilidade para poder fazer bem o nosso trabalho e levar connosco o nome de Portugal ao topo da investigação mundial. A sociedade agradecerá.